

## **Reforma política no segundo governo Lula e a sociedade civil organizada**

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 21.11.2006

Uma das mais importantes iniciativas da sociedade civil em relação à reforma política, foi a criação do Movimento Nacional Pró-Reforma Política com Participação Popular. Em abril de 2006, foi realizado em Recife o Fórum Social Brasileiro, que lançou um manifesto (Manifesto de Lançamento Nacional do Fórum Social Brasileiro) no qual afirma a necessidade da urgência de uma reforma política, a qual não deve ficar restrita ao âmbito do Congresso Nacional.

Por que a reforma política não se concretiza? Porque o tema “tem sido considerado somente em situações pontuais, quando interesses político-eleitorais estão em jogo, ou ainda, no bojo de uma grave crise política”.

Em tais ocasiões, continua, “as medidas propostas servem muito mais ao objetivo de abafar as crises do que propriamente tornar o sistema político mais transparente, legítimo e democrático.

Uma vez contornadas estas situações emergenciais, o clima político retorna à ‘normalidade’ e a reforma política volta a hibernar nas profundezas da Câmara e do Senado”.

Visando a articular as diversas iniciativas da sociedade civil, propõe-se a constituição da Rede Cidadã pela Reforma Política “de caráter suprapartidário e de configuração horizontal não-hierárquica”.

O objetivo é, através de ampla discussão, elaborar uma proposta de consenso e encaminhá-la ao Congresso Nacional logo após a posse, em fevereiro de 2007. Participaram da iniciativa, entre outras entidades, a CIVIS (Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania), Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, Instituto de Direito Político e Eleitoral e Movimento pelo Voto Consciente.

Quais são as propostas do Movimento Pró-Reforma Política? Entre as mais importantes, estão a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas eleitorais, a cláusula de barreira, o voto de legenda nas eleições proporcionais, a limitação do número de reeleições para o legislativo, a proposta de que o mandato deve pertencer ao partido e não ao candidato, o fim das coligações para as eleições proporcionais, a possibilidade de revogação de mandatos e um plebiscito em 2009 sobre a adoção do parlamentarismo.

Como se trata de um conjunto de propostas, não sabemos se no âmbito das diversas entidades que compõem o movimento há consenso, de qualquer forma, há itens polêmicos em pauta. Por exemplo: a cláusula de barreiras, que o movimento defende em consonância com o projeto que está na Câmara.

Ocorre que com isso, como foi demonstrado nas últimas eleições, os prejudicados serão os pequenos partidos ideológicos e não apenas as chamadas “legendas de aluguel”, alvo principal da proposta que ainda poderiam formar as federações de partidos.

Outro item polêmico (e importante) é a defesa da lista partidária. O entanto, só tem sentido se vier no bojo de outras mudanças no sistema eleitoral, como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)